

GÊNERO NA BNCC-EI: TENSÕES, DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E PLURAL

GENDER IN BNCC-EI: TENSIONS, CHALLENGES, AND PATHWAYS TO DEMOCRATIC AND PLURAL EDUCATION

*Cecília Maria da Silva Diniz*¹

RESUMO: O presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que investiga a controvérsia em torno da exclusão do termo gênero na versão final da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC-EI), implementada em 2018. Fundamentada na perspectiva de gênero como uma categoria analítica capaz de apreender as complexas relações sociais e de poder (SCOTT, 2019), a pesquisa considera a inclusão das discussões de gênero nas políticas públicas como um meio para ampliar o acesso à educação e buscar igualdade de direitos (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, 2006). O estudo visa compreender as implicações da ausência do termo gênero nas políticas educacionais para educação infantil, especialmente no que diz respeito à promoção de uma educação democrática e plural. Utilizando metodologia qualitativa e técnicas de análise de conteúdo inspiradas em Bardin (1985), a pesquisa examina as três versões da BNCC-EI para identificar a presença ou ausência do termo gênero e suas conexões com as práticas pedagógicas propostas para a educação infantil. Diante das tensões e retrocessos no debate sobre gênero na educação, este estudo destaca a importância de compreender como a ausência do conceito na BNCC-EI impacta a construção de políticas educacionais inclusivas e democráticas.


PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Gênero. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article is the result of a master's degree research, still in progress, which investigates the controversy surrounding the exclusion of the term "gender" in the final version of the National Common Curricular Base for Early Childhood Education (BNCC-EI), implemented in 2018. Based on the perspective of gender as an analytical category capable of understanding complex social and power relations (SCOTT, 2019), the research considers the inclusion of gender discussions in public policies as a means to expand access to education and seek equality of rights (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, 2006). The study aims to understand the implications of the absence of the term "gender" in educational policies for early childhood education, especially with regard to the promotion of democratic and plural education. Using qualitative methodology and content analysis techniques inspired by Bardin (1985), the research examines the three versions of the BNCC-EI to identify the presence or absence of the term "gender" and its connections with the pedagogical practices proposed for early childhood education. Given the tensions and setbacks in the debate on gender in education, this study highlights the importance of understanding how the absence of the concept in the BNCC-EI impacts the construction of inclusive and democratic educational policies.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Gender. National Common Curriculum Base (BNCC). Public Policies.

Introdução

¹ Universidade de São Paulo. E-mail: cecilia.diniz@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6632-1091>

● [Informações completas no final do texto](#)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) é lançada como uma peça central na definição das práticas curriculares e propõe-se a delinear aprendizagens fundamentais que devem ser compartilhadas em todo o território nacional. Como documento normativo e obrigatório para a educação básica, a BNCC demanda uma análise cuidadosa, considerando a complexidade e as controvérsias políticas, econômicas e sociais que a envolvem.

Desde sua versão preliminar (BRASIL, 2015), seguida pela segunda versão revisada (BRASIL, 2016) e, finalmente, pela terceira versão (BRASIL, 2018), a BNCC tem sido objeto de investigações, debates e análises críticas. Destacam-se incoerências entre as propostas e orientações do próprio documento, o alinhamento com tendências neoliberais influenciadas por grupos empresariais e a falta de transparência nos processos democráticos que a conduziram. Críticas adicionais apontam para a abordagem tecnicista e a omissão dos termos "gênero" e "diversidade sexual" na versão final, juntamente com uma relevante discussão que questiona a participação da educação infantil na Base assim como as propostas para essa etapa.

Focado na educação infantil, este artigo visa mapear e analisar as continuidades, rupturas e inovações nas três versões da BNCC-EI em torno do termo e da concepção de gênero. Nessa análise, gênero é compreendido não apenas como um termo, mas como um conceito que captura relações sociais hierarquizadas, transcende símbolos masculinos e femininos, influenciando normas, instituições e identidades (SCOTT, 2019). Portanto, a exclusão do termo gênero no texto final da BNCC não impede que diversas concepções de gênero permeiem a leitura, a interpretação e as práticas pedagógicas, determinando possibilidades mais ou menos plurais e democráticas para a educação das infâncias.

A discussão sobre igualdade de gênero nas políticas públicas educacionais remonta à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), consolidando-se progressivamente nos documentos regulamentadores da educação básica nas décadas seguintes (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, 2006). No entanto, esse debate é dinâmico e as conquistas nem sempre são perenes. Essa temática vem enfrentando tensionamentos e retrocessos, notavelmente evidenciados pela influência de discursos antigênero nas políticas educacionais mais recentes (VIANNA, BORTOLINI, 2020). Diante desse cenário, destaca-se a urgência de abordagens progressistas e inclusivas de gênero nas políticas para a

educação infantil, com o intuito de influenciar práticas e fortalecer a construção de uma educação democrática e igualitária.

Este trabalho explora a evolução das discussões sobre gênero na educação infantil no Brasil, ressaltando avanços e lacunas. O objetivo geral da pesquisa é investigar o apagamento do termo gênero na BNCC-EI e como isso afeta a concepção de educação infantil presente no documento. Os objetivos específicos incluem mapear o que permaneceu e o que foi retirado do conceito de gênero, comparar as perspectivas de gênero nas diferentes versões da BNCC-EI e compreender como a ausência do termo influencia a concepção de educação infantil na BNCC.

A seguir, apresentamos o referencial teórico adotado na pesquisa para fundamentar as concepções de gênero, educação infantil e os principais mobilizadores de ataques antigênero que contribuíram para a retirada do termo gênero na versão final da BNCC. Além disso, delineamos o caminho metodológico escolhido para a coleta e categorização dos dados, bem como apontamos os resultados coletados até o momento. Finalizamos com considerações finais, delineando os próximos passos desta pesquisa em curso.

Referencial Teórico

Joan Scott (2019), a principal teórica na compreensão de gênero empregada nesta pesquisa, oferece uma perspectiva analítica crucial para compreender as dinâmicas sociais e as relações de poder subjacentes às políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à educação. O conceito de gênero proposto por Scott desafia abordagens essencialistas e binárias, fundamentadas em uma concepção fixa da natureza. Portanto, o gênero é compreendido como um sistema de relações sociais hierarquizadas, vinculado às significações atribuídas socialmente aos sexos. Essa compreensão não se limita apenas à simbologia, estendendo-se aos significados e normas e instituições construídos em torno desses símbolos.

Outra autora que contribui com essa perspectiva é Judith Butler (1999) que questiona a visão tradicional do gênero como uma expressão inata e estável. Através de sua teoria da performatividade de gênero, ela desafia a noção de que a identidade de gênero é uma decorrência natural do corpo, argumentando que a própria concepção de sexo é uma construção a partir do olhar generificado de uma determinada forma social de analisar e construir o mundo. Assim, o gênero é compreendido nesta investigação científica como

uma construção social dinâmica, moldada pelas interações, significados e normas que permeiam os contextos sociais e educacionais.

Ao integrarmos essas perspectivas às contribuições de feministas negras contemporâneas, podemos ampliar o olhar para o gênero. Enquanto bell hooks (2008, 2013) enfatiza constantemente a importância da educação como ferramenta para a libertação e transformação social, destacando a importância de se considerar sempre as interseções complexas que moldam as experiências das mulheres interseccionando não apenas as questões de gênero, mas também as interseções com raça, classe e outras formas de opressão, Grada Kilomba (2020), contribui com uma análise que destaca as complexas interseções entre gênero, raça e colonialidade.

Dessa forma, ainda que raça não seja uma categoria de análise nesta pesquisa, a integração do olhar de hooks e Kilomba, dentre outras autoras e pesquisadoras negras, contribuem para aprofundar e ampliar a compreensão das dinâmicas de poder subjacentes às políticas públicas educacionais, oferecendo uma base teórica mais abrangente e contextualizada para a presente pesquisa.

A influência da educação na formação dos sujeitos e na configuração da sociedade é inegável, pois pode impulsionar mudanças significativas ou perpetuar o status quo. No contexto brasileiro, a escola historicamente desempenhou o papel de reiterar normas de cisgeneridade e heterossexualidade estabelecidas. Em resumo, o debate sobre gênero nas políticas públicas educacionais reflete as disputas em torno da função da educação e do uso do gênero. Enquanto defensores da educação democrática buscam promover diálogo, reflexão e inclusão, movimentos conservadores adotam discursos baseados no pânico moral para limitar a discussão, excluir a diferença e manter estruturas tradicionais de gênero (PENNA, 2017; BALIEIRO, 2018).

A dicotomia já bastante conhecida, sintetizada na ideia de que "a escola ensina e a família educa", ressurgiu periodicamente, destacando diferentes propósitos e, atualmente, sendo reforçada pelos discursos conservadores que advogam pelo direito absoluto das famílias de educar moralmente seus filhos. Essa abordagem, porém, entra em conflito com a compreensão da criança como sujeito de direitos, conforme consagrado na Constituição Federal de 1988.

Autores como bell hooks (2013) e Fernando Penna (2017) reforçam a visão da educação como ferramenta de transformação social e resistência. Uma educação

democrática, segundo eles, deve ser inclusiva, participativa e valorizar a diversidade. A luta pela democratização do acesso e da qualidade do ensino assume um papel fundamental como resistência em tempos de retrocesso político.

Nesse sentido, as políticas educacionais emergem como terreno fértil para disputas ideológicas, refletindo as tensões da sociedade mais ampla. Ao descrever os propósitos, fundamentos e objetivos da educação infantil, a BNCC delinea uma visão específica de infância, aprendizagem e desenvolvimento, estabelecendo os parâmetros que orientarão as práticas pedagógicas em escala nacional. A ausência do termo gênero no texto final da BNCC-EI destaca-se como um ponto de conflito, evidenciando as tensões entre concepções conservadoras e progressistas da infância, educação e gênero.

A compreensão de educação infantil neste estudo é fundamentada na perspectiva da antropologia da infância (COHN, 2020), que enxerga a criança como um ser autônomo capaz de interagir com seu meio, viver e produzir cultura por meio do brincar e das interações (FINCO, 2010; ABRAMOWICZ, 2011; FARIA, 2017). Essa abordagem amplia a compreensão da criança além de um mero receptor passivo de conhecimento, considerando-a como um agente ativo na construção de sua própria experiência e identidade cultural e se faz importante para a compreensão da perspectiva de infância e educação infantil proposta pela BNCC.

Metodologia

A escolha da metodologia é embasada no referencial teórico adotado, que considera o gênero como categoria de análise e reconhece a necessidade de contextualização histórica, social e política do documento. A análise qualitativa documental, utilizando técnicas de análise de conteúdo de Bardin (1985), foi selecionada para examinar as três versões da BNCC, com ênfase na presença ou ausência do termo gênero e de perspectivas relacionadas ao conceito de gênero.

A coleta de dados envolveu leituras minuciosas das três versões do documento e a categorização de excertos textuais das BNCCs, assim como a criação de códigos e categorias para a organização deste material. Os trechos foram categorizadas em dois níveis: identificando presença, ausência ou relações de gênero e organizando temas recorrentes. Para a categorização em torno do conceito de gênero, critérios incluíram a presença do termo, elementos implícitos e temas relacionados. Diversos temas que

interseccionam com as questões de gênero foram categorizados, como práticas pedagógicas da educação infantil e diversidade.

O uso de códigos possibilitou análises mais detalhadas das repetições e omissões nos diferentes aspectos nas 3 versões da BNCC. A metodologia também empregou cores para criar um mapeamento visual das mudanças nas versões do documento, bem como para identificar indicadores de perspectivas de gênero, como a escolha pelo uso, ou não, do masculino genérico.

Para facilitar a localização das versões os documentos foram nomeados da seguinte forma:

B1 - Base Nacional Curricular Comum - versão preliminar

B2 - Base Nacional Curricular Comum - segunda versão revisada

B3 - Base Nacional Curricular Comum - versão final

Resultados

A análise das três versões da Base revela uma mudança no tratamento do termo gênero. Enquanto na B1 o termo é citado apenas duas vezes e na B2 é mencionado sete vezes, na B3 a palavra gênero aparece exclusivamente referindo-se a um determinado conteúdo de estudo na área de linguagem. Além disso, a B1 utiliza o código "respeito" associado ao termo gênero, destacando a importância de cultivar uma visão plural de mundo. Na B2, o destaque vai para sete menções ao termo gênero, associadas a códigos como "respeito", "pluralidade" e "diversidade". Já na última versão da BNCC, B3, o termo gênero é substituído em uma única situação pelo termo "sexo" em um contexto que remete às desigualdades entre os estudantes e no qual o uso do termo gênero caberia, inclusive por se tratar das intersecções de "raça, gênero e classe", tão comumente discutidas nas áreas de estudo relacionadas a este tema.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (BRASIL, 2018, p. 15).

Tal escolha pode tratar-se de um esforço de voltar a rebiologizar o gênero, ou seja de justificar as relações de desigualdade baseando-as no sexo biológico e não nas relações de gênero construídas socialmente.

Outro ponto analisado foi o uso do masculino genérico nas diferentes versões da BNCC, revelando mudanças significativas. Enquanto nas versões B1 e B2, a grafia abrange ambos gêneros, fazendo uso de pares: "meninos e meninas", "professores e professoras", "cidadãos e cidadãs" enfatizando igualdade e potencialidades, na versão final, a B3 diverge ao optar pelo uso exclusivo do masculino genérico, utilizando apenas o termo "professor" em detrimento de "professora". Esta escolha contraria a ênfase das versões anteriores (B1 e B2) dada a igualdade de gênero. Além de apagar a presença significativa de mulheres, majoritárias na educação infantil, a utilização do masculino genérico também silencia o debate sobre a inclusão de profissionais do sexo masculino nesse contexto. Esta mudança problemática não apenas invisibiliza as profissionais mulheres historicamente desvalorizadas, mas também negligencia a discussão sobre a luta pela aceitação e inclusão dos homens nos espaços de cuidado e educação de crianças pequenas, destacando a competência de ambos os gêneros nessas atividades.

Quando consideramos a questão da diversidade, observa-se que as três versões da BNCC destacam o direito da criança e do adolescente ao convívio com a diferença, valorizam a pluralidade e o cultivo do respeito, elementos essenciais para uma educação democrática. No entanto, uma análise aprofundada revela uma abordagem genérica do combate ao preconceito e à discriminação, sem especificar as diferentes formas que as discriminações assumem socialmente no contexto educacional. Enquanto a B1 e a B2 nomeiam categorias como etnia, raça, religião e gênero, a B3 adota uma afirmação genérica de combate ao preconceito e a discriminação, omitindo termos como gênero e raça. Assim, além das perdas pela ausência da discussão de gênero, temos outras perdas, como a falta de discussão em torno do marcador social de raça. Por fim, ressaltamos a falta de aprofundamento sobre como reconhecer e combater efetivamente a discriminação e o preconceito em suas diferentes formas levanta dúvidas sobre a eficácia destes objetivos.

O presente estudo aborda a presença e a disputa em torno do conceito de gênero nas três versões da BNCC, considerando o contexto de intensificação do debate sobre o tema nas últimas décadas. A trajetória histórica revela que, enquanto nas décadas de 1990 e 2000 a inclusão do termo gênero nas políticas públicas era associada a pautas progressistas e conquistas dos movimentos sociais, a partir da década de 2010, houve um retrocesso crescente evidenciado pela retirada do termo gênero da versão final da BNCC. Esse retrocesso reflete uma articulação gradual de setores conservadores no Brasil, que,

ao longo do tempo, têm alcançado conquistas em sua agenda antigênero. Este apagamento, além de responder a demandas sociais conservadoras, está vinculado ao temor do pânico moral, disseminado por grupos que se opõem às discussões de gênero na educação.

A pesquisa, ainda em curso, já proporcionou insights significativos relacionados à abordagem e à consideração do termo gênero nas diversas versões da BNCC. Além da omissão do termo gênero na versão final, observa-se uma lacuna de aprofundamento em todas as versões, que não explora as inter-relações críticas entre gênero, discriminação e práticas pedagógicas. Embora o texto da BNCC final faça referências frequentes à diversidade, a falta de uma abordagem crítica sobre o gênero e demais marcadores sociais da diferença, como por exemplo a raça, pode perpetuar visões essencialistas e estereotipadas, reforçando, assim, desigualdades.

Apesar do apagamento intencional do termo gênero na BNCC final, ressaltamos a importância de investigar o que permanece implicitamente relacionado a essa temática abrindo possibilidades de trabalho pedagógico inclusivo e democrático. É importante demarcar que mesmo com todo esse ataque antigênero que a educação vem sofrendo, a BNCC traz em seu texto, mesmo na versão final, a defesa dos direitos humanos e a exaltação à pluralidade e a diversidade, ainda que de maneira vaga, essa mesma defesa a diversidade pode ser utilizada como justificativa para o trabalho rumo a uma educação democrática e plural.

Além disso, é fundamental destacar que tanto na BNCC quanto em qualquer outra legislação vigente, não há proibição alguma do trabalho com a temática de gênero, especialmente quando abordado na perspectiva de promover a igualdade e combater preconceitos e discriminações. Pelo contrário, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), passando pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996) até as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009), existe um respaldo em favor de uma educação igualitária, onde a premissa é a inexistência de qualquer forma de discriminação e desigualdade, incluindo aquelas relacionadas ao gênero.

Considerações Finais

Por tudo que foi levantado até aqui fica evidente uma intensa disputa em torno dos significados atribuídos à educação e ao papel do gênero no contexto de produção das políticas públicas para educação nas últimas décadas. O gênero, entendido como uma categoria constitutiva da identidade, das relações e da política, emerge como uma temática central nas políticas públicas e documentos educacionais. A educação infantil, sendo uma fase crucial na formação da identidade, torna-se alvo de vigilância e disputas quanto ao que é considerado apropriado, refletindo as tensões entre concepções binárias de gênero e a busca por uma educação democrática e plural.

A análise da BNCC-EI, nas suas diferentes versões, revela a complexidade das disputas em torno do termo gênero e suas implicações. A ausência desse termo não apenas representa um apagamento, mas sugere a proposição de práticas educacionais legitimadas pelo silenciamento das discussões de gênero, perpetuando visões binárias e essencialistas. Além disso, a retirada do termo gênero na última versão da BNCC resulta não apenas na ausência dessa discussão, mas também na omissão de outros marcadores sociais, como raça.

Apesar da ênfase na diversidade como princípio central, a abordagem da BNCC pode ser problemática, podendo ocultar diferenças e favorecer um discurso superficial. Contudo, a diversidade também pode ser interpretada como um respaldo para legitimar abordagens que consideram gênero, raça e pluralidade cultural como temas a serem estudados e discutidos no cotidiano da educação infantil.

Concluindo, a análise até o momento destaca a disputa de narrativas em torno do papel da educação e do gênero, ressaltando a perda provocada pelo apagamento do termo gênero e a necessidade de explorar as implicações dessa ausência, interseccionando com outras dimensões, como a raça, na construção de políticas públicas para uma educação infantil democrática e plural.

Referências

ABRAMOWICZ, A. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, p. 17-36, 2011.

BALIEIRO, F. de F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/KtppD5GkPYPjH69DZxw6VcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1985.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf. Acesso em: 18 fev. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 de mar. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 17 dez de 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023..

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 1ª versão**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC 2ª versão revista**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC versão final**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 8 mar. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2019.

COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, p. 221-244, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/4SYMpFLYrqF6pPc6q7xPCzJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 abr. 2022.



FARIA, A. L. G. de. Balanço analítico da educação infantil: direitos em risco e consensos possíveis. *In: Reunião Nacional ANPEd*, n. 38.ª, 2017, São Luís. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalhoencom_38_anped_2017_gt07_textoanaluciagoulartdefaria.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

FINCO, D. **Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que transgridem as fronteiras de gênero. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HOOKS, b. **O Feminismo é Para Todo Mundo**: Políticas Arrebatadoras. 7 Edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2008.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

PENNA, F. de A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In: Gaudêncio Frigotto (org.). Escola "sem" partido*: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento Feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 49-80.

VIANNA, C; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 407-428, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tvM8tSBBsJzPkkZJyLcK4DS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01. mar. 2022

VIANNA, C; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil:1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.121, p. 77-104, jan./abr. 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742004000100005&script=sci_abstract. Acesso em: 03. mar. 2022.

VIANNA, C; BORTOLINI, A. As agendas feministas, LGBT e antigênero em disputa nos Planos Estaduais de Educação (2014-2018). *In: VIANNA, Cláudia; CARVALHO, Marília (Orgs.). Gênero e Educação*: 20 anos construindo conhecimento. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p.81-102.


NOTAS

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA

Cecília Maria da Silva Diniz. Pedagoga e Bacharel em Psicologia. Mestranda. Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Educação, Campus Cidade Universitária, São Paulo, Brasil.



E-mail: ceciliamsdiniz@gmail.com ou cecilia.diniz@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6632-1091>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista ENSIN@ UFMS – ISSN 2525-7056 o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0), que permite compartilhar e adaptar o trabalho, para fins não comerciais, reconhecendo a autoria do texto e publicação inicial neste periódico, desde que adotem a mesma licença, compartilhar igual.

EDITORES

Patricia Helena Mirandola Garcia, Eugenia Brunilda Opazo Uribe, Gerson dos Santos Farias.

HISTÓRICO

Recebido em: 27/11/2023 - Aprovado em: 09/12/2023 – Publicado em: 23/12/2023.

COMO CITAR

DINIZ, C. M. S. Gênero na BNCC-EI: Tensões, Desafios e Caminhos para uma Educação Democrática e Plural. **Revista ENSIN@ UFMS**, Três Lagoas, v. 4, número especial, p. 159-170. 2023.